



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos**
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio**
4 **das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



7
8 **Assembleia Ordinária do**

9 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 16/09/2016**

10 Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de 2016, às 8h 30min. em
11 primeira convocação, no auditório do 7º andar da **Secretaria de Estado da**
12 **Família e Desenvolvimento Social – SEDS/PR**, sita no Palácio das
13 Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº - Bairro Centro Cívico, em
14 Curitiba/PR, foi dado início à Assembleia Ordinária do **Conselho Estadual**
15 **de Assistência Social – CEAS/PR**, para a qual os Conselheiros foram
16 previamente convocados. A abertura desse evento esteve a cargo da
17 Secretária Executiva do Colegiado, **Assistente Social Juliana Müller**, que
18 solicitou a auto-apresentação dos Conselheiros já presentes. – Presenças
19 nesse primeiro horário:- Lindalane Mazza Casas (COHAPAR), Vitória Suzana
20 Skizinski (Usuária – Regional de Cascavel), Aurora A. dos Santos (Usuária –
21 Regional de Pato Branco), Dulce Darolt (SEJU), Terezinha Corrêa Maciel
22 (APMIF), Daniele de March (SINDASP), José Araújo da Silva (Ação Social do
23 Paraná – ASP), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã), Roberto Correia de
24 Melo (OAB), Sueli A. Zanatto Tupan (APAE de Umuarama), Maria de Lourdes
25 C. San Roman (Superintendente de Assistência Social e Conselheira
26 Presidente SEDS), Carla Regina W. de Moraes (APAE), Sérgio Francisco
27 Bernardo (Usuário – Regional de Paranavaí), Carlos da Silva (Usuário –
28 Regional de Londrina), Coordenadora da PSE, Conselheira Elenice Malzoni,
29 Odelita H. Milanese (Suplente/SEDS), Ronaldo A. Alves dos Santos (CRP),
30 totalizando **17 Conselheiros**. De forma gentil, a **Conselheira Presidente**
31 **Maria de Lourdes** deu as boas vindas aos presentes, registrando a
32 passagem do **Dia Internacional da Democracia** em 15 de setembro, uma
33 data especial cuja denominação não deve ser lembrada apenas no dia da
34 eleição, mas em todas as decisões da sociedade. •Registrada a chegada da
35 Conselheira **Tatiana Possa Schafachek** (Gestão do SUAS). •**Apreciação da**
36 **pauta com possíveis inclusões – 1) Conselheiro Roberto (OAB) – Diárias**
37 **dos Conselheiros. 2) Conselheira Elenice Malzoni (SESA) – Informes sobre**
38 **o Cofinanciamento da população em situação de rua – APROVADA.**
39 **•Apreciação da Ata referente ao mês de agosto – APROVADA. •Informes**
40 **da Secretária Executiva** •Justificativas de ausências recebidas (devido
41 demandas de trabalho), Helen Oliveira Silva (representante da APAE de
42 Peabiru), Viviane Aparecida Ribeiro e Marilene Faustino de Paiva Kronéis
43 (representante titular e suplente da SETI – Secretaria de Estado de Ciência e
44 Tecnologia); Claudia Foltran e Flavia Bandeira (representantes titulares e
45 suplentes da SEDS); Iva Sandra Ferreira e Miriam Fuckner (representantes
46 titulares e suplentes da SEAB); Clecy Ap. G. Zardo (vice presidente,

47 representante da APAE de Marilândia do Sul) e Carina Suelen de Carvalho
48 (representante do CRESS – Regional de Jacarezinho). Ofícios Recebidos:
49 Substituição de Conselheiros: Delvana Lucia de Oliveira da SEED pela
50 conselheira Karen Larissa Godoy; Christiane Regina Leandro da
51 Procuradoria Geral do estado do Paraná, pelo conselheiro Pedro Hey
52 Pacheco Filho. Recebimento da **Resolução CNAS nº 15 de Agosto/2016** –
53 que recomenda que todas as propostas de criação e implantação ou
54 alteração de serviços, programas, projetos e benefícios da Política de
55 Assistência Social sejam apreciados e aprovados pelos Conselhos de
56 Assistência Social em suas respectivas esferas. (**Documento encaminhado**
57 **por e-mail no dia 26/08**); Ofício Circular 04/2016 do CNAS – **Reunião**
58 **Trimestral do CNAS** que ocorreu na data de hoje, dia 16/09; (Recebemos
59 esse ofício dia 06/09 às 17:30) e devido o horário do recebimento, do feriado
60 e das demandas de trabalho, o CEAS não estará presente, assim foi
61 justificado a ausência. Registrada a chegada da **Conselheira Márcia**
62 **Mazzarotto**, representante Suplente da SEDS. •**Relatos das Comissões**
63 •**Comissão de Documentação e Rede Sócio assistencial – Relator:-**
64 **Conselheiro Paulo S. Pereira. 2.1- Protocolado 14.097.355-6 COMAS de**
65 **Maringá.** No referido protocolo o COMAS solicita informações e orientações,
66 ao CNAS, sobre o processo de inscrições de entidades que executam ações
67 nas áreas de: Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho e Habilitação,
68 Reabilitação da Pessoa com Deficiência e Acolhimento institucional
69 provisório de pessoas e acompanhantes que estejam em trânsito durante
70 tratamentos de saúde. **Parecer da Comissão:** A comissão tomou ciência da
71 resposta do CNAS. Diante das informações repassadas e do caráter
72 insuficiente da parametrização das referidas ações a Comissão sugere à
73 Plenária o início de um estudo técnico, por equipe e/ou comissão temporária,
74 com vistas a coletar informações e experiências dos Órgãos Gestores
75 Municipais e CMAS, via Escritórios Regionais, a partir dos quais e em
76 consonância com o marco normativo da Política de Assistência Social
77 produzir notas técnicas e/ou outro material de orientação que efetivamente
78 apoie e subsidie os Órgãos Gestores e CMAS. **Parecer da CEAS:** Aprovado
79 a realização do início do estudo pela própria comissão. •Registrada a
80 chegada das Conselheiras **Alzenir de Fátima S. Santos (Suplente/SEDS),**
81 **Sandra Christiane Kloser Busnello (SESA) e Simone Cristina Gomes**
82 **(Sindicato dos Psicólogos do Paraná).** Seguindo, a Presidente Maria de
83 Lourdes (SEDS) comentou que tanto os Conselheiros como as entidades
84 relatam ter muitas dúvidas sobre a tipificação, inscrições e os direitos sócio
85 assistenciais. Foi sugerido pelo **Conselheiro Ronaldo Alves dos Santos**
86 **(CRP),** iniciar urgentemente um estudo, já que alguns Municípios já possuem
87 material. Verificar junto a eles, pois nada se tem de orientação a nível
88 nacional. Definiu a Presidência que deve-se iniciar o planejamento e a ação
89 será da Comissão. Registrada a chegada da **Conselheira Marcela**

90 **Evangelista (Grupo Financeiro da SEDS). •Comissão de Políticas**
91 **Sociais –** Relato: Conselheira Dulce Darolt (SEJU). **3.1 - Pauta Permanente:**
92 **Panorama de Pagamento de Renda Família Paranaense; A técnica Michele**
93 **da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense, informou que o**
94 **protocolado com a Deliberação CEAS 058/2016 que autorizou na data de 27**
95 **de agosto de 2016 o aumento da linha da renda familiar mensal per capita**
96 **que define a extrema pobreza no Paraná, para fins da transferência de renda**
97 **– Renda Família Paranaense, para R\$ 95,00, está anexada ao protocolado**
98 **13.007.073-6, o qual já tramitou nesta SEDS e está localizado atualmente na**
99 **Casa Civil para os trâmites necessários para a publicação do decreto. Como**
100 **a data limite para envio à CAIXA, do arquivo de beneficiários para**
101 **pagamento era de até o dia 02 de setembro, para a folha desse mês, foi**
102 **repetida mais uma vez a folha de pagamentos do mês de julho, excluindo-se**
103 **as famílias que constavam com o benefício do PBF bloqueados e/ou**
104 **cancelados. Desta forma a folha de pagamentos de Setembro conta com**
105 **84.918 famílias, num montante total de recursos em benefícios de R\$**
106 **2.747.802,00. **Parecer da comissão: ciente. Parecer do CEAS: ciente . 3.2****
107 **- Pauta Permanente: Panorama do Incentivo Família Paranaense;**
108 **INCENTIVO DELIBERAÇÃO 42/13. Relato: A técnica Paula, da UTPFP,**
109 **informa que, que em relação a Prestação de Contas Final, até o momento,**
110 **87 municípios enviaram documentação e 13 estão com pendência, sendo**
111 **que os Ers da SEDS estão fazendo contato com os mesmos. **Parecer da****
112 **Comissão: ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. 3.3 - Pauta Permanente:****
113 **Programa Bolsa Família e CadÚnico; evolução da atualização**
114 **cadastral/2016; Relato: A técnica Odelita H. Milanese, informa que o prazo**
115 **da Prestação de Contas dos recursos do IGDM (PBF) relativo ao ano de**
116 **2015 para aprovação do CMAS encerra-se em 30/09/2016. Com base nas**
117 **informações recebidas da SENARC, datadas de 12/09/2016, no Paraná há**
118 **09 municípios que ainda não finalizaram, sendo: Bela Vista do Paraíso,**
119 **Campo Largo, Diamante do Norte, Doutor Ulisses, Guaraqueçaba,**
120 **Mandirituba, Miraselva, Missal e Nova Laranjeiras. Ressalta-se que o**
121 **município de Guaraqueçaba possui pendências nas Prestações de Contas**
122 **desses Recursos dos anos de 2013 e 2014, sendo que Doutor Ulysses**
123 **possui pendências de 2014. A técnica informou que esta pauta foi apreciada**
124 **pela Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo para**
125 **conhecimento e providências. Referente a evolução cadastral 2016, o**
126 **MDSA/SENARC, divulgou na data de 08/09/2016 o informe nº521 sobre o**
127 **resultado da averiguação cadastral 2016, observando que este processo**
128 **permanece em execução conforme a Instrução Operacional 79/2016.**
129 ****Parecer da comissão: ciente. **Parecer do CEAS: ciente. 3.4 - Protocolado******
130 **13.045.245-0 – Município de Antônio Olinto – PR, uso do recurso do**
131 **Incentivo Paranaense I, com aquisição de itens para atendimento de serviço**
132 **não previsto no Plano de Ação. Relato: O município realizou aquisição de**

133 itens para execução dos serviços (PAIF e SCFV) do Centro de Referência de
134 Assistência Social. Bem como, itens (sofá e liquidificador) o qual fez
135 destinação para a Casa Lar do município, sendo que este atendimento não
136 está previsto no Plano de Ação. O Escritório Regional de União da Vitória
137 aponta a utilização do recurso sem a previsão no Plano e que também houve
138 implementação dos serviços do CRAS e atendimento das famílias nos
139 serviços referenciados, sendo favorável a prestação de contas apresentada.
140 Considerando o atendimento realizado às famílias pelo município, a Unidade
141 Técnica do Programa Família Paranaense referenda o posicionamento do
142 Escritório Regional. **Parecer da Comissão:** Aprovado com orientações
143 para que o município não cometa o mesmo equívoco, se atendo ao Plano de
144 Ação elaborado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.5 - Protocolado:**
145 13.045.354-6 - Município: Almirante Tamandaré – Prorrogação de prazo para
146 prestação de contas final: Relato: O município envia ofício 537/2016
147 solicitando prorrogação de 6 meses para Prestação de Contas Final do
148 recurso do Incentivo Família Paranaense. Justifica que houve a realização de
149 licitação para aquisição de veículo a qual encontra-se em andamento e
150 necessita de prazo para aquisição deste e finalização da prestação de
151 contas. O município iniciou o processo de prestação de contas da 1ª parcela
152 visando o recebimento da 2ª parcela em fevereiro de 2015, o qual foi
153 necessário realizar ajustes para atendimento do disposto na Deliberação
154 042/2013 e Tribunal de Contas do Estado, que só foi concluído pelo mesmo
155 em maio de 2016, sendo possível a tramitação para recebimento da 2ª
156 parcela, ocorrida em 25/05/2016. Apesar das intercorrências no processo do
157 recebimento do recurso, o município vem realizando esforços para atender o
158 disposto no Plano de Ação elaborado. Face ao processo de aquisição do
159 veículo já estar em curso, esta Unidade Técnica posiciona-se favoravelmente
160 a solicitação do município. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do**
161 **CEAS:** Aprovado. **3.6 - Protocolado:** 13.137.751-7 - Município: Doutor
162 Ulysses – Prorrogação de prazo para prestação de contas final: Relato: O
163 município envia ofício 107/2016 e 111/2016 solicitando prorrogação de 90
164 dias para uso do recurso do Incentivo Família Paranaense. Justifica que
165 devido as alterações de funcionários no setor financeiro e assaltos na
166 agência bancária que fica na cidade vizinha de Cerro Azul, utilizada pelo
167 município, dificultou o uso do recurso. O município vem realizando esforços
168 para desenvolver as ações propostas no Plano de Ação das famílias
169 incluídas do Programa, conforme relatório extraído do Sistema do Programa
170 Família Paranaense. Deste modo, a Unidade Técnica do Programa Família
171 Paranaense posiciona-se favoravelmente a solicitação do mesmo, devendo
172 este realizar a Prestação de Contas Final após este prazo. **Parecer da**
173 **Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **INCLUSÃO DE**
174 **PAUTA. 3.7 - Protocolado:** 13.030.276-9 - Município: Tijucas do Sul. **Relato:**
175 O município de envia ofício 247/2016 solicitando prorrogação de prazo para

176 utilizar o saldo da 1ª parcela (R\$ 357,34) e recebimento da 2ª parcela do
177 Incentivo Família Paranaense. O município não atendeu as condicionalidades
178 da Deliberação 042/2013 para recebimento da 2ª parcela dentro do prazo
179 estipulado na Deliberação 53/2016 e recebeu em 30 de junho o recurso do
180 Incentivo Família Paranaense III, no valor de R\$ 60.000,00, sendo uma
181 possibilidade para a continuidade do desenvolvimento das ações planejadas
182 para o acompanhamento das famílias. A Unidade Técnica não ratifica o
183 pedido do mesmo para recebimento da 2ª parcela e sugere a prorrogação de
184 30 dias para utilização do saldo da 1ª parcela e Prestação de Contas Final,
185 se for interesse do mesmo. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do**
186 **CEAS:** Aprovado. **3.8 - Protocolado:** Protocolo: 13.274.577-3 - Município:
187 Piraquara. Relato: O município envia ofício 101/2016 solicitando prorrogação
188 de 01 ano para utilizar a 1ª parcela e recebimento da 2ª parcela do Incentivo
189 Família Paranaense. O município não atendeu as condicionalidades da
190 Deliberação 042/2013 para recebimento da 2ª parcela dentro do prazo
191 estipulado na Deliberação 53/2016 e recebeu em 30 de junho o recurso do
192 Incentivo Família Paranaense III, no valor de R\$ 60.000,00, sendo uma
193 possibilidade para a aquisição do veículo. A Unidade Técnica não ratifica o
194 pedido do mesmo para recebimento da 2ª parcela e sugere a prorrogação de
195 7 meses para utilização da 1ª parcela e Prestação de Contas Final, conforme
196 procedimento já adotado pelo CEAS, se for interesse do mesmo. **Parecer da**
197 **Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.9 - Protocolado:**
198 13.046.847-0 - Município: Curiúva. Relato: O município envia ofício 18/2016
199 solicitando prorrogação de 45 dias para utilização do recurso do Incentivo
200 Família Paranaense e Prestação de Contas Final. Justifica que houve a
201 realização de licitação em 18 de agosto para realizar reformas no Centro de
202 Referência de Assistência Social e que as obras estão em execução. A
203 Unidade Técnica posiciona-se favoravelmente a solicitação do município.
204 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.10 -**
205 **Protocolado:** 13.085.495-8 - Município: Foz do Jordão. Relato: O município
206 envia ofício 28/2016 solicitando prorrogação de prazo até dezembro, para
207 utilizar o recurso do Incentivo Família Paranaense. O pagamento da 2ª
208 parcela foi estornado e pago novamente em agosto do corrente. Por este
209 motivo o município não conseguiu fazer a execução do recurso nas datas
210 previstas pela Deliberação 078/2015, para realizar a prestação de contas
211 final. Esta Unidade Técnica referenda o pedido de prorrogação para
212 utilização do recurso e Prestação de Contas Final. **Parecer da Comissão:**
213 **Aprovado. Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.11 - Protocolado:** 13.056.308-2 -
214 Município: Reserva do Iguaçu. Relato: O município envia ofício 104/2016
215 solicitando prorrogação de 90 dias para utilização do recurso da 2ª parcela
216 do Incentivo Família Paranaense. Justifica que recebeu a 2ª parcela em julho
217 e não houve tempo para execução do mesmo. O município vem realizando
218 esforços para atender o disposto no Plano de Ação elaborado. A Unidade

219 Técnica posiciona-se favoravelmente a solicitação do município. **Parecer da**
220 **Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.12 - Protocolo:**
221 **13.045.235-3 - Município: Boa Vista da Aparecida.** Relato: O município envia
222 ofício 356/2016 solicitando prorrogação de 60 dias para utilização do recurso
223 da 2ª parcela do Incentivo Família Paranaense. Justifica que devido ao
224 estorno, por uso incorreto do recurso da 1ª parcela, não houve tempo para
225 uso total do saldo em conta. Informa também estão executando as ações
226 previstas no Plano de Ação elaborado. A Unidade Técnica posiciona-se
227 favoravelmente a solicitação do município. **Parecer da Comissão:**
228 **Aprovado. Parecer do CEAS:** Aprovado. **•Registrada a chegada dos**
229 **Conselheiros Cleyton Serafim dos Reis (Usuário), Gladys Tortato**
230 **(PSB/SEDS), Marli Vaz Mussulini (Diretoria do Trabalho (SEJU), Técnica**
231 **Kate (Ministério Público e Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS)**
232 **•Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo – Relatora:**
233 **Conselheira Marcela Evangelista. 1.1 – Balancete Agosto/16.** A técnica
234 Marcela apresentará o Balancete na Plenária. **PARECER DA COMISSÃO:**
235 **PARA PLENÁRIA. PARECER DO CEAS:** Ciente. **1.2 – Protocolo**
236 **13.604.922-4 – Prestação de Contas – Cofinanciamento da Casa de**
237 **Passagem Indígena – CMAS de Curitiba.** A técnica Marcela apresentou a
238 prestação de contas parcial do município de Curitiba, referente ao
239 Cofinanciamento da Casa de Passagem Indígena, no valor de R\$ 20.000,00,
240 cujo saldo em Maio/16 era de R\$ 20.716,90, com restos a pagar no valor de
241 R\$ 3.577,64, restando um saldo a reprogramar de R\$ 17.139,26. O CMAS
242 aprovou a prestação de contas parcial, e solicita, juntamente com o
243 município, a aprovação da reprogramação do recurso. **Parecer da**
244 **comissão:** aprovado a reprogramação para o exercício de 2016 e 2017.
245 **Parecer do CEAS:** aprovado. **1.3 – Protocolo 13.539.932-9 –**
246 **Cofinanciamento FEAS – Centro Dia Curitiba – Contas Julho/2015 à**
247 **Mai/2016.** A técnica Marcela apresentou a prestação de contas parcial do
248 Cofinanciamento para Centro Dia ao município de Curitiba, referente ao
249 período de Julho/2015 à Maio/2016, cujo saldo é de R\$ 922.035,13. Em
250 abril/2016 foi deliberado pelo CEAS, a suspensão dos repasses a partir do
251 mês de Maio/2016, tendo em vista o alto saldo em conta corrente, e a
252 necessidade de acompanhamento trimestral da execução dos recursos.
253 **Parecer da comissão:** a comissão sugere o encaminhamento de ofício à
254 FAS e ao CMAS, com cópia ao ER, solicitando as seguintes informações: 1 –
255 à FAS: 1.1 prestação de contas do período de junho/2016 à agosto/2016, até
256 10/10/2016; 1.2 informações quanto a relação de atendimento físico x
257 execução financeira, já que o relatório de execução física apresenta o
258 atendimento de 43 das 60 metas previstas e o recurso financeiro apresenta
259 saldo acima de 40 parcelas mensais, até 10/10/2016. 2 – Ao CMAS:
260 Informações quanto a relação de atendimento físico x execução financeira, já
261 que o relatório de execução física apresenta o atendimento de 43 das 60

262 metas previstas e o recurso financeiro apresenta saldo acima de 40 parcelas
263 mensais, até 10/10/2016. **Parecer do CEAS:** aprovado. **1.4 – Prestação de**
264 **Contas IGD-M (PBF) e saldos em conta.** A técnica Odelita H. Milanese da
265 CPSB apresentou planilha com a situação das prestações de contas dos
266 municípios, via Demonstrativo Sintético, que ainda não foram finalizadas,
267 ressaltando que o prazo final é 30/09/16, restam 09 municípios com
268 pendência. A técnica informou ainda, que os municípios do Estado estão com
269 altos saldos de recursos nas contas e, que o Demonstrativo do IGDE foi
270 aprovado em Maio/16. **Parecer da comissão:** a comissão sugere o
271 encaminhamento de ofício aos municípios e ao CMAS, com cópia ao ER,
272 ressaltando a importância da finalização do demonstrativo sintético para
273 evitar suspensão/bloqueio de recursos. **Parecer do CEAS:** Aprovado. Envio
274 de ofício aos 9 municípios ressaltando o prazo final para o encerramento da
275 prestação de contas que é 30 de setembro. A plenária delibera ainda o envio
276 de ofício circular aos 399 CMAS solicitando orientações das atribuições dos
277 conselhos com relação ao controle social dos recursos recebidos do
278 governo federal e do governamental estadual e com a devida atenção ao final dos
279 mandatos municipais. Que a comissão de financiamento iniciará a
280 elaboração de um instrumental com o objetivo de diagnosticar o processo de
281 controle social que tem sido executado em relação aos recursos financeiros
282 via 399 CMAS do Estado. – **Balancete – Julho/2016.** Após a explanação, o
283 Conselho mostrou-se ciente de todos os balancetes. Comprometido, o
284 **Conselheiro Paulo Silvério (APAE de Ibioporã)** colocou ser esse o
285 momento propício para passar uma Nota técnica aos CMAS, para que
286 apresentem um motivo plausível para os recursos permanecerem parados
287 nas contas. Providenciar uma orientação para os novos gestores,
288 questionando qual a demanda real desses Municípios, aproveitando o
289 momento oportuno da mudança das gestões. Provocar o Conselho no que se
290 refere ao seu verdadeiro papel. Foi a vez da **Superintendente Maria de**
291 **Lourdes** concordar achando oportuna a expedição de um ofício circular,
292 esclarecendo a atribuição do Conselho sobre recursos acumulados e o
293 interesse público da consolidação do SUAS. Segundo a **Conselheira**
294 **Odelita Milanese,** do IGD já se tem um monitoramento, já se precedeu um
295 estudo para verificar, quais as possibilidades de se ter uma melhor gestão.
296 Dando uma atenção especial ao assunto, o **Conselheiro José Araújo da**
297 **Silva (Ação Social do Paraná)** chamou a atenção dos Conselheiros, cujos
298 Municípios possuem valores sem uso, parados nas contas. É obrigação do
299 Conselho Municipal liberar o orçamento, mas também fiscalizar a execução
300 das ações. Contribuiu ainda o **Conselheiro Ronaldo – CRF,** sugerindo que
301 se deve aproveitar o ensejo para saber das deliberações dos Conselhos
302 Municipais e o que fazem sobre o controle social desses recursos. Assumirá
303 uma nova Gestão Municipal, porém a do Conselho continua! Considerou a
304 Coordenadora Financeira **Marcela Evangelista,** que a burocracia é muito

305 grande e existem muitos problemas de gestão, devido aos diversos entraves.
306 É uma grande falha no sistema de Políticas Públicas que impede a roda de
307 girar, até mesmo questões ideológicas. Nesse momento, a Conselheira e
308 representante do COGEMAS, técnica **Márcia Mazzarotto** pontuou que as
309 dificuldades são reais, mas podem ser revertidas e os Conselheiros tem uma
310 grande importância em provocar esse debate nos Municípios. •Registrada a
311 chegada da representante da Secretaria de Estado do Planejamento e
312 Coordenação Geral, **Cíntia Beal Rush**. Tornando efetivo esse cumprimento,
313 a **Superintendente Maria de Lourdes San Roman (SEDS)** sugeriu enviar
314 um ofício circular genérico, com prazo para retorno, após a elaboração desse
315 instrumental. Após a Comissão de Financiamento elaborar esse formulário, é
316 necessário ter uma organização de trabalho de acompanhamento. Avisou
317 sobre a importância que todos esses passos sejam registrados em ata.
318 Compartilhando, a técnica **Odelita Milanese (SEDS)** comunicou sobre a
319 realização do **8º Encontro Nacional Intersetorial de Coord. Estaduais do**
320 **Bolsa Família**, em Curitiba, (8 – 9 e 10/11) com o objetivo de avaliar as
321 especificidades de cada território, discutir quais as ações de cada um e
322 propor melhorias. Será possível contar com a participação dos
323 Coordenadores dos Estados – 4 vagas por Estado e mais o Distrito Federal,
324 concentrando cerca de 150 pessoas numa espécie de reunião ampliada com
325 preposições. •**Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização –**
326 **Relatora: - Conselheira Simone Gomes. 4.1 – Pauta Permanente:**
327 **Educação Permanente do SUAS:** A Conselheira Tatiana informa que foi
328 realizada no dia 29/08/2016 reunião com a Universidade Estadual de Ponta
329 Grossa – UEPG, referente a necessidade de iniciar o Programa Capacita
330 SUAS II ainda este ano. O reitor e os coordenadores da universidade
331 planejam dar início as aulas do curso I em outubro ou novembro de 2016, o
332 qual dependerá do processo licitatório para alimentação. **Parecer da**
333 **comissão:** ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente . A conselheira Simone solicita
334 que a Coordenação da Gestão do Suas providencie para o início de 2017,
335 capacitação para os gestores da Assistência Social, nos moldes da
336 apresentação realizada para os conselheiros do CEAS/PR na data de hoje
337 (15/09/2016). A conselheira Tatiana informa que esta capacitação será
338 contemplada no Plano de Educação Permanente do SUAS 2016/2017.
339 **Parecer da comissão:** ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente . **4.2 – Pauta**
340 **Permanente: Vigilância Socioassistencial: Protocolo 14.244.810-6**
341 **relação dos municípios que receberam ofícios, a respeito do não**
342 **preenchimento do Demonstrativo Sintético.** A conselheira Tatiana leu o
343 Protocolado 14.244.810-6 que trata dos ofícios enviados pelo CEAS/PR aos
344 municípios que não preencheram ou não finalizaram o Demonstrativo
345 Sintético/2015: Barbosa Ferraz, Doutor Ulysses, Guaraqueçaba, Nova
346 Laranjeiras, Marmeleiro e Rosário do Ivaí. A comissão solicita que a
347 Secretaria Executiva dos Conselhos encaminhe um ofício complementar aos

348 apresentados no protocolado, pedindo justificativa dos CMAS até o dia
349 05/10/2016 referente ao não preenchimento/finalização do Demonstrativo
350 Sintético/2015. **Parecer da comissão:** ciente e aprova o envio do ofício
351 complementar. **Parecer do CEAS:** Aprovado. A conselheira Tatiana informa
352 que será realizada uma videoconferência para capacitação dos técnicos dos
353 Escritórios Regionais com relação ao RMA. Para que os mesmos possam
354 auxiliar e orientar os municípios para o correto preenchimento deste
355 importante instrumento. A **conselheira Simone** sugere levantamento dos
356 municípios que não estão preenchendo o RMA para a próxima reunião do
357 CEAS, para definição de estratégias de mobilização desses municípios.
358 **Parecer da comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. Nesse
359 momento, o **Conselheiro Carlos da Silva (Reg. de Londrina)** formulou um
360 agradecimento dirigido ao Colegiado, pela liberdade dada aos usuários de
361 participarem das Assembleias do Conselho. Segundo ele, garantiu estar
362 crescendo como homem, como negro e como cidadão! Que Deus abençoe
363 esse espaço! •**Sistema de Transferência e Apoio à Gestão/Nota Paraná –**
364 **Técnica Juliany Santos** (Assessoria da DG) – Segundo a técnica, essa
365 ação está caminhando a passos largos no Estado. Hoje no 4º mês, já se tem
366 os valores que as entidades receberam. 20 encontros regionalizados,
367 participação e articulação dos 22 Escritórios Regionais. Foi ressaltado que a
368 Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maringá recebeu cerca de 20 mil
369 reais – Políticas beneficiadas:- Saúde – Cultura – Esporte – Assistência
370 Social – Proteção e Defesa animal. •543 entidades de Assistência Social
371 cadastradas no Nota/PR e mais de 700 em análise hoje. •**Informes –**
372 **Reunião Sul e Sudeste – CNAS – Conselheiro José Araújo da Silva –**
373 Reunião descentralizada e ampliada do CNAS, a ser realizada nos dias 30 e
374 31/08, em Belo Horizonte. Presentes os Conselheiros do Sul e Sudeste,
375 menos o Rio de Janeiro. (avaliação de Leis e Decretos) **1)** desvinculação do
376 valor do salário mínimo do BPC. **2)** O decreto retoma a questão que a perícia
377 deve ser executada por médicos – a concessão do benefício deve ocorrer
378 com o CAD ÚNICO, em discussão no cenário nacional. O momento seguinte
379 foi tomado pela fala da **Conselheira Dulce Darolt (SEJU)**, que também
380 representa a sua Pasta no Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência –
381 COEDE. Relatou ter sido definido em plenária o envio de um ofício para que
382 o Conselho Nacional avalie esse decreto, pois as pessoas estão se
383 levantando pela possível perda de direitos. A **Presidente Maria de Lourdes**
384 **San Roman**, ressaltou que em Belo Horizonte foi assinada uma carta e
385 quando souberam dos resultados, será trazida uma posição. Agradeceu a
386 posição do Conselheiro Araújo, pois quando se falou em dificuldades, esse
387 relatou sobre o aumento do orçamento paranaense. Já os Estados de Santa
388 Catarina e Rio Grande do Sul, enviaram e-mails, objetivando saber como se
389 chega a essa conquista. O PR é o Estado com a maior representação de
390 Conselheiros, sendo respeitada a proporcionalidade das representações. A

391 **Superintendente Maria de Lourdes** comunicou também que será criada
392 uma Comissão, da qual participará o COGEMAS. O CEAS poderá enviar um
393 ofício ao Presidente, convidando para que participem do CEAS. A
394 **Conselheira Márcia Mazzarotto** é Assessora Técnica do COGEMAS/PR e
395 Suplente de Tatiana Possa no CEAS, estando assim mais próxima. Outra
396 coisa seria o acompanhamento das Deliberações da Conferência Estadual.
397 Dando suporte, a **Conselheira Elenice Malzoni** apontou que as matérias de
398 acompanhamento deveriam estar a cargo da Comissão de Políticas Sociais,
399 que precisa ter mais personalidade. Segundo ela, discute-se muito
400 procedimentos para prestações de contas, mas o acompanhamento às
401 questões trazidas pelas Conferências são importantes. Diante do exposto, o
402 **Conselheiro Ronaldo Alves dos Santos (CRP)** explicou que no seu
403 Município juntou-se todas as Deliberações, sendo submetidas a uma
404 avaliação. Segundo o **Conselheiro Araújo**, as regiões paranaenses estão
405 muito bem representadas no CEAS. Completou a **Coordenadora da PSE**,
406 **Conselheira Elenice Malzoni**, esclarecendo que este Conselho já tem uma
407 caracterização regional porém, para quem os Conselheiros da Sociedade
408 Civil repassam as posições aqui discutidas? Nos CMAS não tem a
409 participação regional. Sendo assim, aprofundar as reuniões dos Conselheiros
410 não governamentais e os Fóruns devem ter regularidade nas suas reuniões.
411 A **Superintendente Maria de Lourdes (SEDS)** ainda resgatou que foi levada
412 a importância da participação dos usuários neste Conselho e o seu processo
413 formativo. Contribuiu a Conselheira **Simone C. Gomes (Sindicato dos**
414 **Psicólogos)**, relatando que após 4 anos, conseguiu-se reativar as reuniões
415 do FOREAS, Fórum DCA e o Bolsa Família. •**Inclusões – Diárias** – O
416 sistema concedido no Estado vem de longo tempo e é de outro Governo. Na
417 época, o colaborador saía e o retorno, era para Curitiba, por isso o prazo
418 para a prestação de contas era de 48 horas. Não foi levado em consideração
419 os Municípios pequenos, que às vezes nem Banco tem. Para muitos essas
420 questões são difíceis e tais dificuldades precisam ser levadas à Gestão, para
421 que aconteçam as providências. Exemplificando: como restituir dinheiro da
422 verba para táxi, **sem banco?** Ou se não tem Escritório Regional? Verificar
423 uma melhor solução devido a essa preocupação, uma vez que muitas vezes
424 os Conselheiros absorvem e se fixam na prestação de contas, esquecendo
425 de trabalhar os assuntos discutidos em plenária. O usuário **Carlos da Silva**
426 **(Regional de Londrina)** enfatizou que necessita estar de pé às 5 horas da
427 manhã e utilizar três ônibus, a maioria das vezes alimentando-se muito mal.
428 Tais dificuldades precisam ser recebidas e não são impedimentos para deixar
429 de comparecer às reuniões do CEAS. O assunto ainda foi mais debatido e
430 recebeu a opinião do **Conselheiro Ronaldo (CRP)**; apontou que tanto ele
431 como a **Conselheira Vitória** procedem do Município de Cascavel. Ao
432 terminar as Assembleias deste Colegiado, irão embarcar somente às 23h00,
433 assim seus deslocamentos iniciam na 4º feira à noite e terminam no sábado.

434 Enquanto Conselheiro e Trabalhador, disse não poder crer que está
435 acontecendo um processo de precarização. Tomando para si a necessidade
436 de resposta, a **Superintendente e Presidente do CEAS Maria de Lourdes**
437 **San Roman**, concluiu que as duas falas são importantíssimas, garantiu que
438 esse conteúdo será levado para instâncias superiores, porém a decisão final
439 é do Tribunal de Contas. Esclareceu que os servidores públicos Conselheiros
440 Governamentais, também enfrentam os mesmos problemas, sujeitos à Leis
441 que vem de cima. Ratificou que essas contradições fazem pensar no quanto
442 essas dificuldades estão presentes, uma vez que presentemente vive-se
443 uma crise ética de utilização de recursos públicos. Nesse momento,
444 manifestou-se o **Conselheiro Roberto Correia de Melo (OAB)** afirmando a
445 necessidade de se levar em consideração que o trabalho dos Conselheiros é
446 voluntário e que para toda Lei existe uma brecha. Encaminhar assim um
447 pedido para rever essa situação. Na sequência, foi a vez da **Conselheira**
448 **Simone Gomes** comentar que ao retornar para a sua cidade, chega em
449 Maringá às 6:00 horas da manhã, precisando ainda aguardar o único ônibus
450 para Munhoz de Melo às 15:00 horas. O **Conselheiro José Araujo da Silva**
451 **(ASP)** ofereceu-se para acompanhar a **Presidente Maria de Lourdes**,
452 quando do seu encontro com a Diretora Geral Letícia Raymundo, onde
453 abordarão essas questões. - **APROVADO.** •**Cofinanciamento do repasse**
454 **para população de rua –** Coordenadora da PSE – **Conselheira Titular**
455 **Elenice Malzoni**. Foi comunicado que há 2 dias, aconteceu uma reunião da
456 qual participaram 10 Escritórios Regionais da SEDS, que representam os 10
457 Municípios que receberão esse aporte. Presentes as Conselheiras
458 integrantes da **SESA e SEJU (Sandra e Dulce)**. Ressaltou que entre 26/09 e
459 25/11 será aberto o aceite; como acontecerão as eleições municipais, talvez
460 prorrogar para uma nova data, permitindo a maior adesão dos Municípios e
461 beneficiando esse segmento tão vulnerabilizado. Completou que será feita
462 uma complementação, daquilo que já é repassado pelo Estado. Os
463 municípios de Foz do Iguaçu, Paranaguá e Ponta Grossa estão com
464 pendências, talvez por não poderem comprovar a ação. Os Escritórios
465 Regionais da SEDS encontram-se bem preparados e talvez esses dois
466 meses possam ser suficientes. Para conhecimento do plenário, a
467 **Conselheira Dulce Darolt (SEJU)** informou que a sua Secretaria está
468 finalizando a eleição do Comitê Estadual, onde se inscreveram as
469 instituições que atuam com esse segmento. Participaram a SEED – SESA –
470 SEJU – SEDS e outras. Enquanto Comitê, não será possível ressarcir
471 despesas. Finalizando a plenária, a **Conselheira Presidente Maria de**
472 **Lourdes** agradeceu a confiança mútua dos Conselheiros, desenvolvida em
473 ambiente agradável e profissional. Naquele momento, representando a
474 Sociedade Civil, o **Conselheiro Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã)**
475 ainda apontou o avanço e amadurecimento do Colegiado, trazendo uma
476 sensação positiva de que se faz a diferença. Expressou que ainda não se

477 está perto do ideal, porém o avanço é destacado. Já ao final, a **Conselheira**
478 **Marli Mussulini (Diretoria do Trabalho – SEJU)** comunicou que dia 23/09
479 comemora-se o “DIA D da inserção da pessoa com deficiência no mercado
480 do trabalho”. Encerramento às 13h00. A presente Ata foi gravada e redigida
481 pela Servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa (da equipe da Secretaria
482 Executiva/Conselhos), digitada por Stefani Heichuk de Oliveira, sendo a
483 Secretária Executiva Juliana Müller. O documento após aprovação sera
484 inserido no site do CEAS/PR.